

A economia e a paz

Jacques Fontanel**

Os economistas contemporâneos freqüentemente consideraram a paz, em suas análises, como algo dado. A maior parte dos grandes modelos econômicos negligencia as considerações de segurança internacional, de guerra, de conflitos, de violência e de dominação. Assim, Galbraith (1993) pôde dizer que os economistas eram atraídos por tudo o que era inofensivo, que eles se preocupavam, em primeiro lugar, com as condições da produção e da demanda nas economias muito ricas e com necessidades fundamentais já satisfeitas, evitando analisar a miséria, a pobreza, as desigualdades e a violência daí resultantes. Entretanto, em 1953, Eisenhower afirmou que

“(...) cada fuzil que é fabricado, cada navio de guerra lançado, cada foguete que explode, significam, em última análise, um roubo para aqueles que têm fome e que não têm nada para se alimentar, para aqueles que têm frio e não têm nada para se vestir. O mundo armado não gasta apenas dinheiro. Gasta, também, o suor dos trabalhadores, a genialidade de seus cientistas e as esperanças de suas crianças”.

Há somente uma dezena de anos, a economia da defesa constituiu-se em disciplina específica, graças, principalmente, ao desenvolvimento da Associação dos Economistas Contra a Corrida Armamentista (ECCAR), dirigidos por Prêmios Nobel. Os economistas salientam três relações entre a paz e a economia:

- a) o peso das despesas militares na economia mundial,
- b) o desarmamento para o desenvolvimento e
- c) a guerra econômica.

* Texto traduzido do original em francês por Moema Kray.

** Professor, Diretor Científico do Espaço Europa, da Université Pierre Mendes France de Grenoble, na França.

1 - As teorias econômicas das despesas militares

As despesas militares não interessaram muito aos economistas, e, até um período muito recente, sua importância era muito pouco evidenciada. Se a Central de Inteligência Americana (CIA) estimava, por exemplo, as despesas militares da URSS em 13% ou 14% do PNB — em 1970 — contra 8% para o Sistema de Promoção de Investimento e de Transferência de Tecnologia para Empresas (SIPRI), sabe-se, hoje em dia, que essa cifra era bem mais elevada, da ordem de 25% a 30% do PNB, o que testemunha o fraco interesse dos economistas sobre a questão. Existem cinco grandes correntes de pensamento ou tipo de análise sobre a natureza econômica do esforço de defesa.

Para o **pensamento liberal**, as despesas militares são, em primeiro lugar, um custo que a coletividade nacional deve suportar para proteger sua liberdade e suas riquezas. Para os grandes clássicos ingleses, o desenvolvimento econômico, pelo crescimento industrial, era uma garantia de paz, antes da emergência da sociedade estável e sem conflitos. Essas análises foram retomadas tanto pelo pensamento neoclássico como pelos socialistas utópicos (Saint-Simon e Fourier, especialmente). No entanto a emergência de um novo sistema econômico julgado imperialista permitiu explicar as razões fundamentais da permanência da corrida armamentista. O sistema socialista constituía, por seu imperialismo, uma ameaça constante às economias ocidentais, porque sua ineficácia econômica o conduzia a desenvolver suas potencialidades ideológicas e militares. Nessa concepção, as despesas militares constituem um peso para as economias de mercado. O Estado policial deve garantir a segurança nacional, mas sua atividade, de natureza improdutiva, reduz as potencialidades de produção das riquezas. As despesas militares protegem o potencial de desenvolvimento, dissuadindo o adversário potencial de tentar tomar posse de suas próprias riquezas. Seymour Melman (1971), por exemplo, considera que os efeitos negativos das despesas militares sobre a economia dos Estados Unidos se exprimem, particularmente, pela redução da produtividade industrial, pelo desenvolvimento da burocracia e pela diminuição do investimento produtivo. O setor militar favorece a perda do espírito de competição e um efeito de evicção das atividades civis produtivas, em proveito do setor militar, fundamentalmente improdutivo. Os modelos de corrida armamentista, inspirados no modelo de Richardson, evidenciaram o crescimento da probabilidade de guerra, no processo de ação-reação das grandes potências ao esforço armamentista. Os estudos recentes tendem, sobretudo, a contestar o caráter mecânico desse processo, ou, dizendo-se de outra forma, a corrida armamentista não encontraria sua

causa principal na vontade das grandes potências — manter um esforço militar ao menos comparável àquele do adversário potencial —, mas, mais fundamentalmente, nas características nacionais de interesses das burocracias, do mundo político e das indústrias de armamento, o que Eisenhower havia chamado de “complexo militar-industrial”. Ou seja, as principais causas de evolução das despesas militares encontram-se mais no interior das próprias sociedades do que na ameaça dos Estados potencialmente inimigos.

Para o **pensamento marxista**, o capitalismo traz em si os germes da violência e do conflito. A guerra pertence ao domínio da superestrutura e está condicionada pelas relações sociais antagonistas. A paz mundial não tem virtude moral em si mesma. É a luta das classes que constitui um fator inelutável de guerra; ela conduz inexoravelmente à guerra civil. A paz, a longo prazo, é incompatível com a continuidade do sistema capitalista. Para Rosa Luxemburgo, as despesas militares diminuem as dificuldades encontradas no escoamento dos produtos, assegurando, assim, a sobrevivência do capitalismo. É a teoria do subconsumo. Para Baran e Sweezy, cujo argumento principal é retomado pela tese do “militarismo permanente” de Kidron (1970), as despesas militares americanas constituem um fator essencial de absorção do excedente econômico que é produzido pelo capitalismo monopolista. Pode-se dizer que o capitalismo é tão possante que cria um excedente de riqueza em relação à demanda solvável, provocando, assim, uma superprodução permanente. Para evitar esse excedente, as despesas militares improdutivas asseguram a estabilidade do sistema capitalista. No entanto as contradições inerentes ao funcionamento do capitalismo levam, necessariamente, ao desaparecimento do capitalismo, à necessidade de utilização das armas que serviram à sua sobrevivência provisória.

Para os **autores keynesianos**, as despesas militares exercem, como todas as outras despesas públicas, um efeito positivo sobre o crescimento de uma economia nacional em situação de subemprego, porque impulsionam a demanda interior e provocam o famoso efeito multiplicador. Em situação de pleno emprego, as despesas militares têm efeitos inflacionistas, e o famoso dilema entre a manteiga e o canhão aparece. Os estudos contemporâneos aprimoraram essa análise grosseira, evidenciando, notadamente, a existência de pontos de estrangulamento suscetíveis, mesmo em período de subemprego, de criar efeitos de evicção ou de tensões inflacionistas. O próprio Keynes, de alma pacifista, havia condenado os esforços de rearmamento — que ele havia, entretanto, predito — como consequências das excessivas indenizações de guerra, que os Aliados da Primeira Guerra Mundial decidiram fazer a Alemanha exangue pagar. Lester Thurow (1982) considera que o rearmamento americano, após 1980, foi um fator de inflação, de déficit orçamentário, de déficit da balança comercial e, por fim, de recessão para o mundo inteiro.

A **escola mercantilista** analisava as variáveis econômicas como instrumentos disponíveis para aumentar o poder do Príncipe. Nesse contexto, a procura do bem-estar coletivo não tem sentido, a economia participa das relações de poder que, obrigatoriamente, constituem a própria essência da vida social e internacional. A defesa de um país encoraja o sentimento nacional, e a guerra vitoriosa enriquece o Estado. Na linha de reflexão mercantilista, o esforço militar constitui um fator essencial das relações internacionais, principalmente na determinação dos domínios e dos imperialismos. Para List (1840), o *laissez-faire* — como credo de política econômica — conduz, inexoravelmente, à dominação das economias mais desenvolvidas e, assim, ao estabelecimento de relações estatais fortemente desiguais. Para Sombart (1902), a revolução industrial e o sistema capitalista são frutos da guerra, com a constituição de grandes mercados, a formação de fortunas, o crescimento do espírito de competição e o aprendizado da disciplina. Em um estudo célebre entre a paz e a economia, os “*experts*” americanos interrogaram-se sobre a utilidade das guerras e concluíram sobre a importância de suas funções, principalmente para a estabilização das economias nacionais e dos governos (GALBRAITH, 1984). Os substitutos para a guerra não existem verdadeiramente. O desperdício organizado que as despesas militares suscitam é necessário à manutenção do sistema americano. Jacques Attali (1978) analisa a guerra como a manifestação extrema da concorrência industrial, da criação de demanda e do funcionamento das forças produtivas. A história do capitalismo implica a emergência de uma fase brutal que, se não dá lugar a uma guerra militar, conduz ao desenvolvimento da alienação simbólica. Enfim, a idéia segundo a qual os conflitos se exprimem, também, com armas econômicas, reforça a heterogeneidade da análise econômica das despesas militares e a torna ainda mais contestável.

Os resultados dos **estudos econométricos** nem sempre são muito satisfatórios para nos esclarecer sobre a relação entre as despesas militares e o crescimento econômico, por serem, freqüentemente contraditórios. Para verificar essa afirmação, é suficiente considerar algumas análises comparáveis no tempo e no espaço, as quais produziram resultados diferentes:

- os estudos comparativos dos efeitos das despesas militares sobre as economias nacionais evidenciam a influência, em geral pouco negativa, das despesas militares sobre o crescimento econômico. Diversos fatores podem modificar essa relação, principalmente o caráter dual da pesquisa-desenvolvimento (P&D), o nível de desenvolvimento econômico, a importância das despesas militares e da indústria nacional de armamentos, a situação de pleno emprego ou de subemprego. De um modo geral, o esforço militar reduz o investimento e, assim, as potencialidades futuras

de desenvolvimento, pois a tecnologia militar é menos preocupada com a rentabilidade do que a do setor civil, e as forças armadas atraem o pessoal qualificado que faz falta ao setor civil (efeito de evicção). A relação de substituição entre o investimento e as despesas militares é, geralmente, bastante reconhecida, mesmo que três fatores possam enfraquecê-la: a aceitação social do esforço financeiro da defesa, a estrutura das despesas militares e o nível de crescimento econômico (FONTANEL, 1995);

- o famoso estudo de Benoit (1978) — segundo o qual o esforço militar favoreceria a modernização industrial, a formação e a informação dos homens, a melhoria das infra-estruturas, e a utilização completa das economias dos países em via de desenvolvimento, não constituindo um obstáculo a seu desenvolvimento econômico — foi fortemente contestado pela forma (análise econométrica) e pelo conteúdo, principalmente por Deger e Smith (1983). Os estudos empíricos do impacto das despesas militares sobre as economias do Terceiro Mundo produziram resultados frequentemente divergentes;
- Leontieff e Duchin simularam diversos cenários de despesas militares até o ano 2000, utilizando o modelo de trocas interindustriais da economia mundial, construído para as Nações Unidas. As conclusões a que chegaram são, aparentemente, bem claras. O desarmamento conduz a uma melhora substancial do crescimento econômico de todas as regiões do mundo, com exceção dos países em desenvolvimento produtores de petróleo. Entretanto essa análise revela-se contestável, pelo caráter pouco significativo dos resultados obtidos.

Os economistas não têm, portanto, uma visão coerente, rigorosa e unânime sobre a relação entre a paz e a economia. Somente análises sobre o desarmamento para o desenvolvimento testemunham essas hesitações e contradições.

2 - A economia do desarmamento para o desenvolvimento

A economia do desarmamento para o desenvolvimento enfatiza cinco questões principais.

A primeira questão é saber se as despesas militares são, realmente, variáveis exógenas ou se elas dependem de outras variáveis econômicas. Muitos determinantes econômicos das despesas militares foram revelados, como a importância do orçamento dos Estados, os efeitos de inércia das despesas

públicas, a extensão das riquezas do país, a disponibilidade de rendas econômicas (como os petrodólares), os movimentos cíclicos da economia, a existência de uma indústria de armamentos forte, ou o grau de militarização da economia (*iron triangle*). Fundamentalmente, o que é inquietante é que as despesas militares parecem depender mais de considerações internas do que externas, contrariamente ao que deixam entender os modelos de corrida armamentista. No entanto é possível dominar, de um ponto de vista econômico — e não político-ideológico —, as despesas militares.

A segunda questão é saber se todo o desarmamento equivale necessariamente a uma redução das despesas militares. “Os dividendos da paz”, transformam-se, às vezes, em custos do desarmamento, pela destruição dos estoques de armas ou pela fiscalização dos acordos. A redução das quantidades de armas leva os Estados a melhorarem a qualidade de seus produtos e, assim, a aumentarem suas despesas militares, pelo triplo efeito de uma redução das economias de escala (menos unidades produzidas aumentam o preço unitário das armas), do desenvolvimento dos custos da P&D, necessários à definição de novas armas e de um efeito de substituição dirigido à produção de armas não abrangidas pelo acordo. Todo o processo de desarmamento deve compreender uma redução controlada dos orçamentos militares, indicadores imprecisos, mas insubstituíveis da importância da corrida armamentista.

A terceira questão diz respeito à realidade e à importância dos famosos dividendos da paz. Segundo o Relatório da United Nations Institute for Disarmament Research (UNIDIR), em 1992, para a Assembléia Geral das Nações Unidas, é inexato falar-se de “dividendos da paz”, porque todo procedimento de conversão é caro. Com o estudo da UNIDIR, passou-se dos “dividendos da paz” ao “investimento para a paz.” Efetivamente, “os dividendos da paz” nem sempre são distribuíveis, principalmente porque os benefícios econômicos obtidos são nulos ou negativos. Uma regressão econômica conjuntural provocada pela redução das compras internas de armamentos pode levar a efeitos de irreversibilidades setoriais ou regionais, principalmente na questão de conversão de atividade. Entretanto uma boa gestão da redução das despesas militares deveria exercer incidentes positivos a longo prazo sobre a P&D civil, sobre a produtividade real das economias nacionais ou sobre a confiança nas relações internacionais de troca.

A quarta questão é relativa às possibilidades de conversão das indústrias militares. Onde existe interesse em ter um avião invisível aos radares senão no setor militar? A tecnologia militar é muito heterogênea, indo desde os *chips* até os reatores nucleares. Os produtos de defesa têm uma despesa muito forte de P&D, 20 vezes superior à de um produto civil equivalente. Os obstáculos do

segredo militar e das regras administrativas muito restritas são consideráveis e criam uma verdadeira cultura de empresa, pouco de acordo com as exigências do mercado. O complexo militar-industrial viu-lhe atribuírem a liderança de setores industriais vitais, introduzindo um novo sistema de valores, novos modos de funcionamento, a partir da ausência de mercado, de monopsonios, de monopólios, da segurança do lucro, de novos horizontes-tempo das decisões econômicas. Os produtos militares são capitalistas, caros, complexos, sofisticados e com uma forte tendência ao mau funcionamento; eles respondem à obsessão da performance tecnológica, reduzem o papel do homem no processo de decisão, planejando a obsolescência. A conversão imediata do setor militar em produções civis revela-se, com frequência, inadequada por razões tecnológicas (inadaptação rápida de uma tecnologia militar sofisticada às limitações de uma produção de massa), comerciais (o mercado já é fortemente congestionado) ou econômicas (o preço de revenda dos produtos gerados pela conversão não sendo competitivo). Os partidários da conversão direta (da espada aos arados) consideram que existem frequentemente oportunidades importantes no setor civil, que não foram exploradas. É esquecer um pouco rapidamente os custos excessivos da conversão das instalações industriais e da reciclagem das forças de trabalho, o preço proibitivo do direito de entrada nos mercados civis e os custos de mudança de uma cultura industrial dependente da política de defesa do governo para uma cultura baseada na empresa. Enfim, o Complexo Militar-Industrial (CMI) dispõe de privilégios e de apoios políticos e econômicos de peso.

É importante lembrar alguns princípios fundamentais do desarmamento:

- a) o primeiro dividendo do desarmamento é a paz;
- b) a curto prazo, é necessário admitir que o desarmamento não é sinônimo de crescimento econômico;
- c) todo desarmamento implica uma verificação das despesas militares. Todo procedimento de desarmamento implica um controle da P&D militar, porque a tecnologia especificamente militar favorece o crescimento dos custos da defesa e um controle das vendas internacionais de armas.
- d) é necessário relembra a importância do desenvolvimento econômico de todas as partes como instrumento essencial de segurança internacional. É incontestável que a redução das despesas militares terá efeitos positivos sobre o crescimento mundial a longo prazo, mas será preciso assegurar uma repartição tolerável da mesma. Desde que a dignidade dos homens esteja ameaçada, acontece frequentemente que as Nações prefiram o combate ao *status quo*. A segurança internacio-

nal não pode ser mantida por muito tempo no cenário de efeitos de dominação ou de desigualdades econômicas e sociais excessivas. Para os partidários da Nova Ordem Econômica Internacional, o subdesenvolvimento constitui uma ameaça para a paz mundial, e o desarmamento aparece, sobretudo, como uma consequência do desenvolvimento (FONTANEL, SARAIVA, 1986). Nessas condições, os processos de desarmamento passam, primeiramente, pelo desenvolvimento dos países mais pobres e, mesmo, em certos casos, por uma distribuição mais igualitária dos recursos mundiais. No entanto um desarmamento desconectado das razões que fundamentam a corrida armamentista pode revelar-se, ao longo do tempo, particularmente perigoso para a paz ou para os sistemas políticos democráticos.

A última questão é a atual situação internacional, favorável ao desarmamento, está provavelmente ligada à crise econômica das grandes potências militares, que as obriga, apesar de disporem de uma superioridade militar incontestável, a procurarem um "fôlego" propício a um novo crescimento econômico. Os economistas interrogam-se, agora, sobre a existência de uma guerra econômica que substituiria a guerra militar.

3 - A guerra econômica

Em uma polêmica recente, Krugman contestava fortemente a idéia da guerra econômica, ao contrário de Paul Kennedy, que fundamentou uma parte de suas teses sobre a economia como arma. Os conflitos não cessam na produção de armas. Eles se exprimem, também, nas dominações econômicas, políticas e culturais.

De maneira prosaica, os Estados devem proteger suas riquezas, mas, em situação de paz, os governos devem levar em conta o necessário equilíbrio entre uma despesa que pode revelar-se pauperizante e a manutenção, no decorrer do tempo, da segurança nacional. Há, assim, uma escolha a fazer entre a segurança de hoje e a de amanhã. Stalin e seus sucessores pensaram que a corrida armamentista enfraquecia as economias de mercado e criava as condições de reversões políticas nas democracias, não podendo o mundo ocidental simultaneamente preservar seu modo de vida e produzir enormes capacidades militares. A coexistência pacífica era analisada como um momento da história, e a guerra vitoriosa de um movimento socialista era considerada como um avanço em direção à paz.

Historicamente, as guerras de colonização apresentam-se como causas fundamentais, mas não exclusivas, do subdesenvolvimento. Elas favoreceram as culturas de exportação, em detrimento das culturas destinadas à alimentação, como também da exploração mineira, dos artesanatos locais, com o estabelecimento de fronteiras nacionais absurdas e o desenvolvimento de uma economia desarticulada, inteiramente voltada à metrópole. As grandes negociações econômicas internacionais lembram sempre a existência de relações conflitantes de dominação. A ameaça de utilização das armas constitui sempre um fator decisivo de difusão dos modos de produção dominantes e da manutenção dos poderes existentes. Igualmente, as grandes potências econômicas servem-se de sua ajuda militar e civil para manter sua influência política, econômica, ideológica, ou seja, moral. A tecnologia ocidental é fortemente influenciada pela militarização das economias avançadas e ela domina, ainda, apesar dos exemplos contrários do Japão e da Alemanha, o desenvolvimento industrial contemporâneo. Boas relações com o governo americano facilitam a obtenção de linhas de crédito junto aos grandes organismos financeiros internacionais.

Os fatores econômicos tornam-se armas permanentes, que, por se renovarem, não podem constantemente ser desviadas de suas funções essenciais. A economia tornou-se um instrumento de poder freqüentemente aplicado às relações conflitantes dos Estados. A insegurança depende, ao mesmo tempo, da corrida armamentista, das desigualdades, das dominações internacionais, ou seja, das explorações sociais. As estratégias oblíquas de dissuasão, as medidas econômicas de retaliação, os embargos e os boicotes são, ao mesmo tempo, armas possantes, das quais os efeitos econômicos e políticos dependem das medidas de defesa, das solidariedades internacionais e do potencial de substituição (BALDWIN, 1985). A arma econômica está, com freqüência, inscrita nos conflitos de guerra, já que a economia fornece os meios militares de luta contra o inimigo. As armas econômicas são utilizadas com o objetivo de enfraquecer o inimigo potencial. A estratégia direta (ou militar) tornou-se difícil por causa do poderio das forças nucleares e da doutrina do equilíbrio do terror, e os Estados são, assim, levados a ter uma estratégia de “manobra indireta”, que se define como a exploração da estreita margem de liberdade que escapa à dissuasão nuclear por outros meios.

- Trata-se, principalmente, de não deixar, ao inimigo, armas que poderiam voltar-se contra o exportador. A idéia é que não se deveriam vender senão os produtos que não melhorem o crescimento econômico tanto do país receptor quanto do país vendedor. Dito de outro modo, a troca desigual é reivindicada, desejada, esperada. No entanto a defesa da base industrial empreendida pelo

Pentágono e a política do Corporate Communications (COCOM), mostraram-se extremamente caras e, pouco a pouco, desgastaram a capacidade competitiva da economia americana.

- A estratégia de empobrecimento pelo esforço de preparação para a guerra, cara aos mercantilistas, é freqüentemente apresentada como uma das razões fundamentais da derrocada da economia soviética. Uma corrida armamentista reduz as potencialidades de desenvolvimento dos Estados, mas os mais pobres empobrecem ainda mais rapidamente, o que aumenta a potência dos países mais ricos. Nessas condições, a supremacia de um Estado é procurada por meios indiretos, não para adquirir, a curto prazo, a supremacia militar, mas para enfraquecer o inimigo a ponto de desestabilizá-lo socialmente.

- A estratégia da ruptura é maniqueísta. O objetivo é criar problemas econômicos no país rival, a fim de aumentar suas dificuldades políticas e sociais. A ruptura dos fluxos comerciais ou financeiros procura desestabilizar o país que sofre unilateralmente essa decisão. O embargo é um instrumento de represália ou de dissuasão suscetível de modificar o comportamento do inimigo potencial. Entretanto essa arma é perigosa para quem a utiliza. Considerado o total das experiências modernas, não se torna evidente que as primeiras vítimas sejam as que eram visadas. Por exemplo, uma ruptura prolongada dos fluxos comerciais pode levar a uma perda definitiva de mercados.

- A estratégia de cercamento visa a desenvolver os laços de interdependência econômica suscetíveis de garantir a paz. A dissuasão da agressão vem das novas solidariedades econômicas assim criadas. Defendida por Niwon e Kissinger, essa política, bem representada pelo sepultamento da *Ostpolitik*, considerou por muito tempo que os laços comerciais têm um papel moderador sobre as ideologias. Essa estratégia, defendida em seu tempo por Nixon e Kissinger, se é mais fácil de estabelecer, faz surgirem efeitos perversos. Como arma de ataque, sua eficácia é fraca e seu impacto impossível de ser medido realmente, em termos abstratos.

- A estratégia da violência política visa a tomar o poder econômico desde que este seja hostil e a enfraquecer progressivamente as classes sociais dominantes. Para tanto, é necessário controlar as forças políticas do aparelho do Estado e os sindicatos. Em um país, podem-se excluir os detentores do poder econômico de maneira legal e oficial, principalmente pela nacionalização ou pelo controle dos aparelhos sindicais.

- A estratégia da dominação conduz os países dominantes a influenciar os países dominados em suas decisões militar-estratégicas. A arma econômica permite a um país, ou grupo de países, dominar um outro país graças ao poder atribuído pelo monopólio do fornecimento de bens e serviços vitais à sua sobre-

vivência. Os Estados Unidos têm freqüentemente utilizado a arma alimentar em relação aos países em desenvolvimento. Segundo o Ministro da Agricultura de Ronald Reagan em 1981, a arma alimentar é a arma mais poderosa da qual os Estados Unidos dispõem para assegurar a paz no mundo. Além disso, a ajuda ao estrangeiro é com freqüência determinada em correspondência com a ajuda militar. Nesse caso, a economia não é mais a procura do bem-estar, é um meio, dentre outros, de assegurar uma dominação social. A arma alimentar não é nova. Hoje em dia a produção mundial de cereais poderia fornecer mais de 3.000 calorias a cada pessoa. Para eliminar a subnutrição, seria suficiente reorientar 2% da produção de cereais aos que dela têm necessidade.

- A ajuda aos países em desenvolvimento pode ser destinada a despesas de aparência, a aumentar as desigualdades sociais, a favorecer o desenvolvimento das sociedades nas quais os direitos do homem não são necessariamente respeitados. As transferências podem ser, também, objeto de sórdidos cálculos de interesse, tendendo a habituar as populações a um tipo de consumo que as torne dependentes dos países desenvolvidos. Assim, James Lebovic (1988) pôde salientar a predominância, à época dos Presidentes Carter e Reagan, das considerações político-militares na ajuda estrangeira americana. É preciso que os países em desenvolvimento evitem que a transferência seja, na realidade, pauperizante. Isto não impede que o desarmamento possa ser uma chance para o desenvolvimento, principalmente o dos países menos avançados.

- O militarismo aparece com o sistema dos Estados. A posição social do militar é importante. O exército é freqüentemente o símbolo da unidade nacional. É em nome da competência em matéria de defesa dos interesses fundamentais da Nação que o militar detém seu poder. Esta é uma das razões de as sociedades que recrutam jovens, para o serviço militar, serem menos inclinadas ao militarismo. O equilíbrio do terror, embora desumano, apresenta a vantagem de reduzir, por seu horror, as probabilidades dos conflitos armados. Uma redução mal negociada das armas pode levar à limitação do medo e a tornar possível a multiplicação das situações “à iugoslava”. É preciso que a opinião pública e os responsáveis em todos os níveis e de todas as esferas testemunhem em favor da paz. Segundo Michel Camdessus, Diretor Geral do Fonds Monétaire International (FMI), existe uma necessidade urgente de enfrentar a difícil questão do controle e do desmantelamento, de um modo ordenado, de um complexo militar-industrial desproporcional. Este setor é, por certo, simplesmente a mais explosiva manifestação de um fenômeno geral de distorção das condutas de produção. Será uma tarefa digna de Prometeu a de redirecionar os recursos, em particular os recursos humanos, a outras utilizações civis mais produtivas(...) Muito claramente, os países industriais deverão cooperar e apoiar este esforço.

A paz é uma conquista e um combate contra a violência de todos os momentos. Para que se torne realidade, é preciso, tanto quanto possível, diminuir as causas dos conflitos, que são as injustiças, as desigualdades ou a busca do poder. A economia é uma causa de guerra e é, também, um meio da guerra.

Bibliografia

- ASPECTS économiques du désarmement: le désarmement en tant qu'investissement (1992). RELATORIO DA UNITED NATIONS INSTITUTE FOR DISARMAMENT RESEARCH, UNIDIR, A/47/346, août.
- ATTALI, Jacques (1978). **La nouvelle économie française**. Paris : Flammarion.
- BENOIT, E. (1978). Growth and defence in developing countries. **Economie Development and Cultural Change**, v.26, jan.
- DEGER, S., SMITH, R. (1983). Military expenditure and growth in less developed countries. **Journal of Conflict Resolution**, v.27, n.2.
- FONTANEL, J. (1995). **Les dépenses militaires et le désarment**. Paris : Publisud.
- FONTANEL, J., SARAIVA, J. (1986). Les industries d'armement comme vecteur de développement économique des pays du Tiers monde. **Institut Français de Polémologie**, Paris, n.430.
- GALBRAITH, J. K. (1984). **La paix indésirable**. Paris : Calmann Levy.
- GALBRAITH, J. K. (1993). **Le pouvoir économique autonome, une vue économique**.
- KIDRON, M. (1970). **Western capitalism since the war**. London : Penguin.
- LEBOVIC, J. (1988). National interests and United States foreign aid. **Journal of Peace Research**, v.25, n.2, jun.
- MELMAN, S. (1971). **The war economy of the United States**. New York : St. Martin's.
- THUROW, L. (1982). **Rising armament expenditures: effects on the civilian economy; commentary**. Jan.

Abstract

In this text, Jacques Fontanel demonstrates that, only recently, contemporary economists have been concerned with defense economy, as, frequently, peace, in their studies, was considered as something given. The author reviews the five major currents of thought that analyse the economical nature of defense effort, showing what it has been representing along periods of time, for the liberals, Marxists, Keynesian authors, for the Mercantilist School and for the adepts of econometric studies. Following, emphasizes the economy of disarmament, approaching questions such as: the military costs are, actually, external variables? All disarmament is necessarily equivalent to a cut in military costs? There exist, in fact, the so called "peace dividends"? Is there possibility of conversion of the military industry? After, the author analyses the fundamental principles of disarmament and the actual international context which lead interrogations from the economists about the substitution of the military war by the economical war. Concluding, J. Fontanel states that the economical factors became permanent armament, where the economy is transformed in an instrument of power used in the conflict of States, as the food weapon. The author, finally, exhorts the influent segments of society to a general concern in favor of peace.